

BRASIL: ALCA E OMC

Agostinho Toffoli TAVOLARO

1 - INTRODUÇÃO

Dia a dia se impõe ao brasileiro a necessidade de conhecer o posicionamento do Brasil no contexto internacional, face a globalização da economia, principalmente no que diz respeito à regulação do comércio internacional e a seus organismos principais ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e OMC (Organização Mundial do Comércio).

2 - ALCA – O QUE É – AS DISCUSSÕES – O SINGLE UNDERTAKING – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO

2.1 – Objetivo e Estados Membros

A ALCA é um projeto lançado em 1994, na primeira Cúpula (ou Cimeira, como querem os puristas da língua) das Américas, lançado por chefes de Estado de 34 países do continente americano, tendo por finalidade estabelecer uma área de livre comércio das Américas.

Conceituemos desde logo **ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO**, que se apresenta como aquela em que há livre circulação de bens e serviços entre os países membros, inexistindo barreiras tarifárias ou não tarifárias que obstem ou dificultem essa livre circulação, estágio esse que se considera atingido quando 85% do comércio é livre, podendo cada país membro estabelecer sua alíquota de importação de produtos de países não signatários do acordo.

Os 34 países que se propõe a constituir a ALCA possuem 800 milhões de habitantes, tendo um PIB de US\$ 11,5 trilhões (dados de 2002).

De se notar que neste quadro, como apontou RENATO BAUMANN, nas exportações nos países do Mercosul para os Estados Unidos e o Canadá

representam 19,9% do total, dos países da Comunidade Andina representam 53,6% e os do Mercado Comum Centro Americano representam 51,2%, sendo ainda de se anotar que a participação dos impostos sobre transações internacionais no total da arrecadação desses países é de 53% na Comunidade Andina, 18,8% no Mercado Comum Centro Americano, 8,7% na Comunidade do Caribe e de 6,3% no Mercosul, o que vale dizer que para os outros blocos seria suprimida uma importante fonte de receita fiscal se não se fixar na ALCA uma compensação (Amcham UPDATE 10/10/2002).

Aponte-se ainda, que os Estados Unidos têm um PIB de US\$ 9,3 trilhões, participam do comércio mundial com 15,2% e têm uma média tarifária de 5,6%, enquanto que para o Brasil esses números são: PIB – US\$ 300 bilhões, participação no comércio mundial 0,9% e média tarifária 14,3%.

Ressalte-se, no entanto, que o Brasil é importante dentro da ALCA, por ter economia que era o dobro da russa e da indiana, fazer fronteira com nove dos onze países da América do Sul, possuir mais da metade da população da América do Sul (ou seja um grande mercado consumidor), ter mais de 40% dos usuários da Internet na América Latina e ser o líder do Mercosul.

2.2 – Procedimento de Formação

A ALCA tem, em projeto ainda, um acordo, cuja segunda minuta foi publicada em 01.11.2002 (www.alca-ftaa.org), sendo de se destacar nessa minuta que existe a cláusula do “Single Undertaking”, ou seja, que todas as decisões têm que ser tomadas por consenso, devendo todos os assuntos ser decididos conjuntamente, de tal modo que nada estará decidido enquanto tudo não estiver decidido.

Foi estabelecido um cronograma para que se tenha a ALCA funcionando plenamente em 2005, quando

ocorreria então a ratificação do acordo pelos Congressos, implementando-se a partir de 2006 o fim da rede tarifária, alcançando 85% dos produtos até 2015 e, em 2020, ter-se-ia o fim das tarifas para produtos sensíveis.

Desde 1994 até hoje, ocorreram as reuniões de cúpula e encontros ministeriais, sendo que de Outubro de 2002 até 2004 Brasil e Estados Unidos exerceram a co-presidência da ALCA.

3 - OMC – O QUE É – AS SOLUÇÕES DE CONFLITO – A TRAJETÓRIA DO BRASIL NA OMC

A OMC veio substituir o GATT, constituído em 1947, tendo por finalidade regular o comércio internacional entre todos os países do mundo, cabendo-lhe inclusive solucionar conflitos. A solução desses conflitos é feita dentro do procedimento estabelecido no acordo de Marrakech (1994).

O Brasil teve e ainda tem inúmeras pendências na OMC, mostrando-se DURVAL NORONHA GOYOS extremamente crítico dos resultados, vez que afirma haver perdido o Brasil 75% dos casos (Canadá – indústria aeronáutica; União Européia – leite e frangos Estados Unidos da América, União Européia e Japão – regime automobilístico), havendo ganhado apenas contra as Filipinas no caso do leite de coco e litisconsorte no caso da Venezuela e dos Estados Unidos – padrões ambientais para a gasolina (O Brasil, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (www.noronhaadvogados.com.br/pal77dnp.htm, acessado em 08/10/2003)

4 – ALCA – BRASIL E EUA – OBJETIVOS

Do noticiário depreende-se que os objetivos do Brasil e dos Estados Unidos são:

BRASIL:

- a) fortalecer o Mercosul
- b) estabelecer eventual área de livre comércio entre Mercosul e União Européia;
- c) não agir precipitadamente pois vários setores de sua economia não estão preparados para concorrência internacional livre de tributos de importação.

EUA:

- a) maiores defensores da ALCA;
- b) acesso facilitado a grandes mercados consumidores;

- c) fortalecimento de sua influência política;
- d) fortalecimento da política comercial.

5 - ALCA – SETORES DE VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA O BRASIL

O Brasil apresenta-se com vários setores em que a ALCA daria oportunidade de prevalência a setores mais bem desenvolvidos de sua economia, a saber:

- a) agronegócios;
- b) aeronáutico;
- c) armamentos;
- d) autopeças
- e) brinquedos;
- f) cervejas e refrigerantes;
- g) cimento;
- h) couro;
- i) embalagens;
- j) papel e celulose;
- k) siderúrgico;
- l) têxtil.

Por outro lado, a ALCA poderia acarretar desvantagens a setores como:

- a) componentes eletrônicos;
- b) máquinas e equipamentos;
- c) metalúrgico;
- d) móveis;
- e) químico;
- f) software e informática

6 - ALCA – A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA DO BRASIL E O FARM ACT AMERICANO (BUSH, 13/05/2002)

O papel da agricultura é extremamente importante para o Brasil porque ele é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, laranja e café, ocupando o segundo lugar na produção de soja em grãos, de milho, de carne bovina e de frango, e o terceiro na produção de frutas..

A agricultura representa 40% nas exportações brasileiras, emprega 37% da mão-de-obra e tem uma participação no PIB de 10%, sendo a maior responsável pelo superávit na balança comercial brasileira.

Por outro lado, a agricultura nos Estados Unidos foi objeto do Farm Act Americano, sancionado pelo

Presidente Bush em 13/05/2002, pelo qual são destinados aos agricultores americanos subsídios de US\$ 17,5 bilhões por ano entre 2002 e 2007, totalizando US\$ 180 bilhões em 10 anos, tendo ainda o Presidente americano sancionado o TPA (Trade Promotion Authority) em 06/08/2002, que autoriza o Executivo negociar acordos comerciais sem interferência do Congresso durante o processo de negociação, cabendo ao Congresso, depois de finalizado o acordo, aprová-lo ou rejeitá-lo por inteiro, autorização essa que foi outorgada mediante concessões ao setores da agricultura, do aço e têxteis.

7 - BRASIL – PREPARAÇÃO

É importante destacar que o Brasil deverá preparar-se para reduzir o chamado “Custo Brasil”, buscando facilitar e desonerar as exportações através da reforma tributária, flexibilização da legislação trabalhista, capacitação em pesquisa e desenvolvimento, dando maiores oportunidades à educação e criando uma infra-estrutura de transportes e portuária.

8 - BRASIL FORA DA ALCA – CONSEQUÊNCIAS

Caso o Brasil não venha participar da ALCA, cabe lembrar que as Américas representam 70% das exportações industriais do Brasil e que a falta de acordo, pois a ALCA poderá existir sem o Brasil, haverá direcionamento de investimentos para outros países, bem como tentativa de abertura de outros mercados que não o brasileiro.

Consequência principal, no entanto, a nosso ver, é que inexoravelmente o Brasil será levado a um acordo bilateral com os Estados Unidos, que terá então um custo muito maior do que o de participar no acordo multilateral da ALCA.

9 - AS POSIÇÕES NO BRASIL QUANTO À ALCA E OMC – PRÓ E CONTRA

Não podem ser olvidadas a oposição ferrenha que fez o PT no passado contra a ALCA, bem como a Conferência Nacional dos Bispos e parte da intelectualidade brasileira, que promoveram um plebiscito em que se buscava evitar a anexação do Brasil pelos Estados Unidos – expressão usada pelo então Presidente do PT – Luiz Inácio Lula da Silva (Folha de

São Paulo, p. A-4, 18/09/2002), manifestando-se também contra ela a FIESP (Folha de São Paulo, p. B-8, 26/07/2002), bem como ainda a Aliança Social Continental (www.asc-hsa.org.br) e a Friedrich Ebert Stiftung (www.fes.org.br)

Mesmo no seio do Governo Brasileiro notavam-se no passado e nota-se mais ainda hoje, dentro do próprio Ministério das Relações Exteriores posições divergentes entre os diplomatas que representam o Brasil.

De se notar que a Câmara Americana do Comércio de São Paulo tem posição cautelosa quanto ao assunto, que deseja ver discutido e objeto de representação dos setores diretamente envolvidos.

10 - OMC – CANCUN – O G-20+ - NEGOCIAÇÕES

A recente rodada de Cancun, em que o Brasil liderou um bloco de países em desenvolvimento, criando o grupo dos 20, que passou a 23 mas que já teve a defecção de Colômbia, Peru e El Salvador, o que levou ao apregoadado fracasso da reunião de Cancun, demonstram as dificuldades da negociação multilateral de grande espectro, postergando-se quaisquer deliberações para a Rodada de Doha (O Estado de São Paulo, p. B-12, 07/10/2003).

11 - ALCA – TRINIDAD – TOBAGO

Também a reunião ministerial de Trinidad – Tobago da ALCA colocou o Brasil em uma posição de antagonismo, que teria levado inclusive nosso país a um isolamento negado veementemente pelo Ministério das Relações Exteriores Celso Amorim (O Estado de São Paulo, p. B-14, 08/10/2003).

12 – O BRASIL E OS TRATADOS INTERNACIONAIS

O que parece ocorrer é que mais uma vez se evidencia o distanciamento do Governo, quando discute tratados, das bases que representa, como acontece de costume com os tratados de dupla tributação internacional, em que não existe consulta às empresas e aos contribuintes.

Fato que demonstra essa alienação da diplomacia e do Governo em relação ao tema é noticiado pelas críticas, que o Ministro da Agricultura – Roberto

Rodrigues, fez atuação do Ministério das Relações Exteriores, as quais encontraram eco na própria FIESP (O Estado de São Paulo, p. B-12, 07/10/2003).

Na verdade aponta-se mesmo no Governo um grupo favorável às negociações constituído dos Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento e Agricultura.

13 - CONCLUSÕES

É necessário que o Brasil decida-se de vez pela postura que deseja adotar nas negociações comerciais internacionais, na defesa dos maiores interesses da economia e consequentemente da política social.

A conciliação é difícil, principalmente quando se tem em conta que cada um dos demais países que integrarão a ALCA tem visões e interesses próprios, tanto assim é que o Uruguai apresentou uma visão da ALCA diversa dos seus companheiros do Mercosul (www.alca-fta.org.br, acesso em 07/10/2003), o mesmo fazendo um grupo composto de 13 países, a saber: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Canadá, México, Chile, República Dominicana, Panamá, Colômbia, Peru e Bolívia.

Entendemos, contudo, que o objetivo é alcançável, dependendo no entanto de maior harmonia dentro de nossa própria casa, cabendo enfatizar a participação das entidades privadas.